

BOA GOVERNANÇA E A AUTOGESTÃO

Larissa Soares Gonçalves ¹

Luci Mendes de Melo Bonini ²

RESUMO: Neste trabalho se pretende discutir o pilar da boa governança do índice Felicidade Interna Bruta (FIB), uma vez que se considera essencial na construção do ser humano como sujeito individual e coletivo, refletindo inclusive na produção da cidade e dos rearranjos urbanos. Para tal, é considerado um processo de mutirão auto gerido pela Usina CTAH - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado - que ao tentar suprir a demanda de habitação na cidade de São Paulo e dar uma melhor qualidade de vida para as pessoas que vivem em situações precárias, acaba exercendo um papel que deveria ser do Estado de prover habitação para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação de Interesse Social. Felicidade Interna Bruta. Mutirão auto gerido. .

GOOD GOVERNANCE AND SELF-MANAGED CONSTRUCTIONS

RESUME: *This paper discusses the pillar of good governance of the Gross National Happiness index (GNH) as it is considered essential in building the human being as an individual and as in community, witch reflects directly into the production of cities. To do this, it is considered an auto task force process managed by Usina CTAH - Center of Works to the Habited Environment - that, by trying to supply the housing demand in the city of São Paulo and provide a better quality of life for people with low income, is actually playing a role that is the State's job.*

KEYWORDS: *Social Housing. Gross National Happiness. Self-managed construction.*

EL BUEN GOBIERNO Y LA AUTOGESTIÓN

RESUMEN: *En este trabajo se analiza el pilar del buen índice de gobernanza de la Felicidad Nacional Bruta (FNB) ya que se considera esencial en la construcción del ser humano como individuo y como colectivo, lo que refleja incluye en producción de la ciudad. Para esto, se considera un proceso de grupo de trabajo auto gestionado por planta CTAH - Centro de trabajo para el Ambiente Habitada -*

¹ Larissa Soares Gonçalves. Instituto de Pesquisas Tecnológicas. l.larissasg@gmail.com

² Dra. em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, pesquisadora do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas – NCSA, Universidade de Mogi das Cruzes, professora colaboradora no Mestrado em Habitação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo. lucibonini@gmail.com

que, al tratar de satisfacer la demanda de vivienda en la ciudad de São Paulo y proporcionar una mejor calidad de vida para las personas de bajos ingresos, jugando un papel que debería ser el estado de proporcionar vivienda a todos.

PALABRAS CLAVE: *Vivienda social. Felicidad Nacional Bruta. Autogestión.*

INTRODUÇÃO

A felicidade é um bem público, já que todos os seres humanos almejam-na, portanto ela não pode ser deixada exclusivamente a cargo de dispositivos e esforços privados. Se o planejamento governamental, e portanto as condições macro econômicas da nação, forem adversos à felicidade, tanto no âmbito do indivíduo quanto no âmbito coletivo, o planejamento público fracassará enquanto uma meta coletiva na perspectiva antropológica e também urbanista, na cidade (URA, 2009).

O índice Felicidade Interna Bruta (FIB) tem por objetivo mensurar o desenvolvimento de uma nação, país ou comunidade e, a partir disso, alavancar o desenvolvimento dos mesmos. É um indicador sistêmico desenvolvido no Butão do Sul, no Himalaia, e é gerado de modo a dimensionar cientificamente a felicidade e o bem estar de uma população de forma mais profunda do que medidas apenas monetárias (LOUETTI, HOUSE, KARANA, 2007).

O economista John Helliwell (2002) enfatiza a importância conjunta da personalidade, o ambiente social e as circunstâncias da vida na determinação do bem-estar subjetivo, assim como os objetivos e aspirações das pessoas, suas experiências pessoais e a forma como se habituar e lidar com as mudanças das circunstâncias da vida..

As diferenças culturais e sociais são determinantes importantes das diferenças de bem-estar subjetivo, principalmente quando tratadas internacionalmente. Sua conclusão foi que pessoas com o mais alto bem-estar não são aquelas que vivem nos países mais ricos, mas sim aquelas que vivem onde as

instituições sociais e políticas são eficazes, onde a confiança mútua é alta e onde a corrupção é baixa (HELLIWELL, 2002).

Portanto, uma maneira mais adequada e holística de mensurar essa subjetividade seria uma pesquisa multidimensional, para captar todos os aspectos subjetivos intrínsecos ao ser humano, não-monetária, sem lucros envolvidos e evitando assim conflitos de interesses, e que envolva vários aspectos da vida cotidiana, para poder perceber essa subjetividade no dia-a-dia das pessoas, e conseqüentemente poder analisar a qualidade de vida como um todo (HAPPINESS ALLIANCE, 2015).

FELICIDADE INTERNA BRUTA

A partir da necessidade de outras formas de se medir o desenvolvimento de uma nação por meios não somente monetários, o FIB emerge com novos indicadores e tem se tornado um programa que pode propor mudanças sociais, econômicas e ambientais, baseado na questão de que o desenvolvimento deve promover a felicidade coletiva como meta principal. Como programa, o FIB é um catalisador de mudanças em prol do bem estar coletivo e do desenvolvimento sustentável (URA, 2009).

Neste cenário, o FIB foi articulado ao longo de 3 conferências que reuniram economistas e cientistas sociais para identificar os principais determinantes da felicidade. Os indicadores escolhidos para serem analisados possuem dimensões objetivas e subjetivas da vida do cidadão. A construção de um índice deve dar peso igual para aspectos funcionais da sociedade humana, como por exemplo a percepção das pessoas sobre sua própria segurança, que pode ser tão importante quanto às estatísticas sobre a criminalidade e a violência de uma região (URA, 2009).

O objetivo desses indicadores é obter uma visão mais ampla, com medidores mais próximos da situação real de uma população, de suas necessidades imediatas e obter o panorama atual, um pouco mais preciso. A partir daí, torna-se possível construir e aplicar novas políticas para se atingir um grau satisfatório ao bem estar da humanidade (HAPPINESS ALLIANCE, 2015).

Para isso, tenta-se obter um equilíbrio entre as informações objetivas e subjetivas, uma complementando a outra. A interação da auto percepção, juntamente com estatísticas objetivas, portanto, proporcionam uma imagem mais precisa do bem estar social.

O FIB leva à redefinição do objetivo do desenvolvimento, à afirmação de um outro modo de planejar e organizar a economia e à reorientação da economia e da tecnologia para que sirvam aos objetivos superiores do desenvolvimento social e humano e para a própria felicidade dos sujeitos.

O FIB originalmente está apoiado em 4 pilares centrais: boa governança, desenvolvimento socioeconômico sustentável, preservação cultural e a conservação ambiental. Os 4 pilares são organizados em nove indicadores concebidos para incluir componentes fundamentais para a felicidade e para o bem estar de um indivíduo (DAGA, 2014).

BOA GOVERNANÇA

A fim de que se pudesse compreender mais criteriosamente o FIB, considerou-se um processo de mutirão autogerido pela Usina CTAH - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado - que ao tentar suprir a demanda de habitação na cidade de São Paulo e dar uma melhor qualidade de vida para as pessoas que vivem em situações precárias, acaba exercendo um papel que deveria ser do Estado de prover habitação para todos.

Assim, as lacunas que vão surgindo a partir da não-compreensão das demandas da população, revela uma falta de compreensão do que vem ser uma boa governança. Esta se define pela sábia gestão do poder econômico e político, de modo a garantir que a sociedade crie e preserve as condições materiais, sociais, culturais e ecológicas. Os indicadores deste domínio são as garantias aos direitos fundamentais, participação política, gestão do governo e a percepção do povo às mudanças. Os domínios estão ligados ao desempenho do governo, aos direitos humanos, liderança, controle de desigualdade e corrupção, confiança das pessoas na mídia, no judiciário e no setor policial. Sendo assim, os indicadores de boa governança consistem em desempenho do governo, liberdade e confiança institucional (ARRUDA, 2009).

Segundo Arruda (2009), governança inclui gestão de pessoas, instituições, territórios e recursos. A boa governança seria a democracia, no sentido pleno da palavra: ela combina de forma harmônica e criativa o sistema representativo com o participativo, a autoridade dos governos com a autonomia e a autogestão da sociedade, a democracia representativa e a democracia direta. A autoridade e a liderança são essenciais, mas o modo de exercê-las é que determina se visam dominar ou libertar.

Na perspectiva libertadora, toda autoridade e liderança busca promover e facilitar a consciência dos sujeitos sociais para que se tornem protagonistas do seu próprio desenvolvimento. Para isso, é indispensável a partilha do poder de decisões e de gestão da economia e do desenvolvimento. É necessário redefinir o papel do Estado e da relação Estado, economia social e economia privada (ARRUDA, 2009).

Saramago (apud MELO, 2005, p.46) afirma:

O problema fundamental é que acima do que chamamos de poder político existe um outro poder não democrático, o econômico, que determina do alto, permanentemente, a vida do poder que está em baixo. Creio que não se pode dizer, levemente, que vivemos numa democracia quando essa democracia não dispõe de meios nem de nenhum instrumento para controlar ou impedir os abusos do poder econômico.

O direito à moradia está definido na Constituição Brasileira, expressa do direito à moradia no caput do art.6º da Carta Maior Brasileira: "Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, **a moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." (G.N.)

Dessa forma, o direito à moradia passou a ter status de norma constitucional fundamental, o que em termos práticos, gera para o Poder Público a obrigação imediata de adoção de uma Política Habitacional que priorize a população de baixa renda sem acesso à moradia de qualidade (COELHO, 2010).

A divisão de competências no tocante à promoção da concretização deste direito fundamental à moradia está prevista na Constituição de 1988 da seguinte forma:

- A União possui competência privativa para instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, incluindo habitação, conforme disposto no art. 21, XX, CR/88;
- O art. 24, CR/88 prevê a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre direito urbanístico;
- O art. 23, IX, CR/88 dispõe que União, Estados e Municípios devem promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e saneamento básico;
- O Município, na forma do art. 30, I, II e VIII, CR/88, é o principal ente federativo responsável pela execução da política urbana, via desenvolvimento de uma política habitacional local.

A questão que se coloca, estabelecida a premissa de que a moradia é um direito fundamental, e, portanto, de cumprimento obrigatório pelo Poder Público, é a atuação de assessorias técnicas, aqui exemplificada pela Usina CTAH, que ao tentar

prover habitação de qualidade à população de baixa renda por meio de uma “gestão partilhada”, não se confunde com os atuais processos de esvaziamento das funções do Estado, que deveriam suprir essa lacuna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, questiona-se: até que ponto uma “autonomia administrativa” concedida pelo Estado a um grupo juridicamente habilitado e interessado no melhor desempenho possível de uma atividade administrativa não se parece com qualquer programa de concessão administrativa de serviços públicos, e, até que ponto práticas ditas “autogestionárias” não deslizam para o campo de uma espécie de anomia institucional resultante de uma lógica de terceirização precária, com a transferência linear das funções originalmente atribuídas ao Estado (LOPES; RIZEK, 2005).

A boa intenção ao fazer o trabalho e preconizar um bom resultado na construção de moradias é a essência da Usina, mas não se pode deixar de analisar este item sob a ótica da disfunção do Estado e da terceirização do problema. No Brasil, o quesito da má governança está presente no dia-a-dia das pessoas como se pode perceber nos resultados demonstrados pelo Índice de Percepção da Corrupção (IPC) que atingiu em 2014 o 69º. lugar, junto com países como Senegal e Romênia-, índice considerado "preocupante" e uma situação “insustentável”., segundo a ONG.

Vive-se na cidade de São Paulo a falta de investimento em infraestrutura urbana, educação, saúde, equipamentos urbanos em geral, o que conduz a uma desconfiança por parte da população em relação ao poder público, o que, por sua vez, resulta de forma geral em uma falta de esperanças de um futuro mais digno. Somando-se a isso, os serviços públicos de base continuam deteriorados e ineficientes, em prejuízo da maioria empobrecida do país (FERREIRA, 2012).

Enfim, o desafio da boa governança ultrapassa as várias esferas da vida humana, não proporcionando a felicidade desejada. Pela ótica democrática, está em questão a autogestão do desenvolvimento nas mãos dos cidadãos, de cada família e comunidade. Na perspectiva do FIB, indicadores para todos esses níveis de governança precisam ser descritos a fim de que se possa identificar o grau de Felicidade ou a carência dela, a qualidade de vida da população e, obviamente, qual a percepção desses sujeitos, alvos das políticas sociais, relativas à eficiência e eficácia da governança, desde a esfera institucional e da distribuição de bens e serviços públicos em cada um dos níveis, até a esfera da vida familiar e pessoal.

Concluindo, é preciso discutir sobre a produção habitacional de baixa renda, aqui com foco na cidade de São Paulo, refletindo o papel do poder público e sua ausência neste cenário, criando a necessidade de atuação de outros meios de produção alternativos. Assim como, deve-se pensar, também, em procurar um viés na política urbana atual que modifique esse contexto, uma vez que a boa governança alimenta a confiabilidade da população perante o poder público, e por consequência, um investimento maior na participação no espaço público, na agenda das proposições e discussões políticas, mais participação e responsividade pública, que possa garantir o direito à cidade, a uma feliz cidade.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. **As nove dimensões do FIB**, Cooperadamente, Mogi das Cruzes, 13 Abr. 2009.

COELHO, Isabel Teresa Pinto. **O MUTIRÃO URBANO: DA SOLIDARIEDADE À EXPLORAÇÃO**. In: 19o ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 2010, Fortaleza. Anais... . Fortaleza: 2010. p. 3176 - 3186. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3184.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2015.

DAGA, Gaurav. **Towards a New Development Paradigm: Critical Analysis of Gross National Happiness**. 2014. 60 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Jindal School Of Government And Public Policy, Jindal School, 2014.

FERREIRA, João Sette. **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. Coordenador João Sette Whitaker Ferreira. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

HAPPYNESS ALLIANCE. Homepage. **Happyness Alliance**. Disponível em:

<<http://www.happycounts.org/for-researchers.html>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

HELLIWELL, John F. **How's Life? Combining Individual and National Variables to Explain Subjective Well-Being**. NBER Working Paper No. 9065. NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH, Massachusetts Avenue Cambridge, MA. Julho, 2002.

URA, Dasho Karma. **Dasho Karma Ura explica o FIB Felicidade Interna Bruta**. 2009.

LOPES, J. M. A.; RIZEK, C. S. **O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres**: uma abordagem crítica. In: Procedimentos Inovadores de Gestão da Produção Habitacional para População de Baixa Renda Rede de Pesquisa PROGEST. São Carlos: Finep, 2005. 26 p.

LOUETTI, A.; HOUSE, W. H.; KARANA, A. **Compêndio de Indicadores de Sustentabilidade de Nações** – uma contribuição ao diálogo da sustentabilidade. São Paulo: Editora WHH, 2007. 112p.

SARAMAGO. El Premio Nobel José Saramago em Bogotá: Indignado”, Revista Número, Bogotá, n.44, março-maio de 2005 [Entrevista a Jorge Orlando Melo]. In. AGUILERA, Fernando Gómez. **As Palavras de Saramago**. Companhia das Letras, 2011.

USINA CTAH (São Paulo). **Usina CTAH**. 2015. Disponível em: <<http://www.usina-ctah.org.br>>. Acesso em: 02 fev. 2015.